

PEDAGOGIA EAD – MODALIDADE PRESENCIAL E FORA DA SEDE (2005-2008) NA PERCEPÇÃO DE ALUNOS

Maria Alice Moreira Silva (Univ. Presbiteriana Mackenzie – mariaalice_2005@hotmail.com)

Elcie F. Salzano Masini (Univ. Presbiteriana Mackenzie – delcie66@yahoo.com.br)

Grupo Temático 3. O estudante da EaD em foco

Subgrupo 3.2 Estratégias de estudo pela EaD: construção de espaços e tempos

Resumo:

Este artigo diz respeito a recortes da avaliação de alunos do curso de Pedagogia na modalidade EaD fora da sede, de uma universidade do interior paulista e conduz à reflexão sobre os desafios da Educação à distância bem como às suas potencialidades. O referido curso, através de seu potencial pedagógico e interativo, com a mediação da tutoria no Ensino a Distância, tinha como objetivo promover a apropriação dos saberes e das tecnologias da Informação, dentro de novos espaços do contexto educacional, na formação de professores. Este trabalho de comunicação aborda as dificuldades enfrentadas pelo tutor e alunos e, como resultado, o surgimento de novas questões que sugerem novas pesquisas relativas aos impactos que podem ter sido obtidos pelos, agora novos professores, no trabalho com seus alunos

Palavras-chave: Educação à distância, Tecnologias, Pedagogia, Tutor.

Abstract:

This paper concerns the assessment of clippings students of Pedagogy in Distance Education mode outside the headquarters of a university in São Paulo and leads to reflection on the challenges of distance education as well as their potential. This course, through its educational and interactive potential, with the mediation of tutoring in Distance Learning, aimed to promote the ownership of knowledge and the information technologies, new spaces within the educational context in teacher education. This work addresses the communication difficulties faced by the tutor and students and as a result, the emergence of new issues that suggest new research concerning the impact that may have been obtained by now new teachers, work with students

Keywords: Distance Education, Technology, Education, Tutor.

1. Introdução

A busca do conhecimento sempre fez parte da condição de sobrevivência humana pois, conhecer além de conteúdos socializados pela educação escolar, faz parte da condição humana de controle sobre o meio em que se vive porque, ao obter a sensação do domínio sobre a natureza, o homem sente-se mais seguro, o que lhe faz parecer menos agressivo o meio em que vive. O modo como se dá o conhecimento é um dos assuntos que há séculos instiga a curiosidade humana.

Neste contexto, as transformações aceleradas do mundo globalizado, com suas raízes no progresso das ciências, deixa evidente a necessidade da preocupação com o conhecimento que, no mundo atual, caminha com grande velocidade em todas as esferas com implicações em diferentes áreas da vida humana.

Aqui, importa pensar em como fazer uma escola diferente com papéis redimensionados que respondam, eficazmente, aos desafios do contexto contemporâneo e que tenham, como perspectiva, a democratização do conhecimento.

O conhecimento, sob perspectiva de Edgar Morin (2000), constitui-se em uma aventura que envolve permanente risco de erro e ilusão, porque é nas certezas que eles se encontram. A consciência do incerto no ato cognitivo é que pode levar ao conhecimento ao verificar e examinar, porque a vida envolve espaços para os quais não há definições verdadeiras e fechadas. Já, para Vygotsky (1989), o conhecimento é construído pelas interações sociais e colaborações entre as pessoas sendo a mediação seu principal mecanismo. O conhecimento é construído pelas interações sociais e colaborações entre as pessoas na visão deste autor. Já, para Piaget (apud CHIAROTTINO, 1980), a interação social e a troca de experiências entre as pessoas propiciam o desenvolvimento do processo de aquisição do conhecimento. Colaborando com estes pressupostos, conforme os ensinamentos de Maturana & Varela (2001) o conhecimento não é passivo e sim construído pelo ser vivo em suas interações com o mundo, é restrito às circunstâncias e, por este motivo, devemos estar vigilantes à tentação da certeza. Portanto a postura de só levar em conta o que é observado, deixa de ter sentido. Humildade seria a palavra chave que poderia levar a conviver com pontos de vista diferentes e divergentes porque o que se conhece é apenas perspectiva do conhecimento. Na perspectiva destes autores, todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer e tudo que é dito é dito por alguém, o que demonstra a circularidade entre ação e experiência: desta maneira, não é o conhecimento, mas sim o conhecimento do conhecimento, que cria o comprometimento. Entretanto, Maturana & Varela (2001) e Morin (2000) alertam para o risco representado pela fragmentação do saber que impede o conhecimento das relações e influências recíprocas que existem entre partes e o todo. Nesta perspectiva, Morin (2000) nos fala da necessidade da experiência da condição humana: humildade e solidariedade que decorrem do entendimento de que conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente certa, mas dialogar com a incerteza.

Será que a educação tradicional, implementada nas escolas, desenvolve seu trabalho com estas perspectivas? Será que a educação tradicional estabelece uma relação democrática quanto à disseminação do conhecimento?

O que se percebe é que, debatida e criticada pela qualidade do que oferece, conforme Sacristán (1999) a educação está longe do que se poderia desejar, comprometida pelos altos índices de fracasso escolar, deterioração cultural e analfabetismo funcional. O sistema educacional clássico, por esta razão, conforme este autor, além de não cumprir sua missão de universalizar os bens que prometeu, ainda sofre pela falta de eficácia no oferecimento de uma escolaridade de qualidade para todos.

Falar de educação é, assim, falar de prática social e entendê-la como motor de transformação, é fazer referência a um mundo que envolve estados subjetivos, aspirações sociais, atividades familiares, políticas educacionais como transformadoras dos aspectos cultural, pessoal e econômico: “[...], caminhos de melhoria e aperfeiçoamento da espécie humana e das sociedades [...]” (SACRISTÁN, 1999, p. 18), o que exige, para sua efetivação vencer os desafios que representam a boa formação do professor, a necessidade de uma instituição organizada, a escola, e de mediadores, os professores, que consigam dar conta, eficazmente, da tarefa educativa.

Diante dos debates sobre a qualidade de educação oferecida, tradicionalmente, cabe assinalar que a educação à distância parece conquistar até mesmo aqueles que a

2

discriminaram, levados pelo preconceito contra uma forma de educar onde se aprende sem a presença de um professor especialista.

Importa lembrar, por sua pertinência, dos ensinamentos de Piaget (1967 apud PENTEADO, 1980), que, ao tratar do aprender, revela que este ocorre a partir dos conflitos cognitivos e sucessivos desequilíbrios que buscam alternativas no processo de construção do conhecimento. No caso da educação à distância, o professor estando ausente como desafiador, provocador dos desequilíbrios cognitivos, e os alunos aprendendo mesmo assim, quem assumiria o papel preponderante como desafiador na perspectiva piagetiana: seriam os textos, os livros, os colegas da sala, os recursos tecnológicos ou o tutor? Ainda, sob a perspectiva do construtivismo, resgatando Weisz (1999), é importante reiterar que a aprendizagem é específica do sujeito e o ensino provindo da intervenção externa pode ser ou não ser facilitador.

Ao se retomar o contexto da Educação à distância percebe-se que a partir do que dispõe a LDBN 9394/96, a EaD e sua tecnologia aplicada ao ensinar, há um romper de paradigmas que, ao infiltrarem-se nas instituições, quebram fronteiras entre os dois modos de se fazer educação: a tradicional, cujo centro é o ensino e, a distância, na qual o centro é o aluno. Toda estas questões passam, como o referido acima ao tratar de Educação, pela boa formação do professor. Será que este profissional está sendo formado para os desafios da contemporaneidade? Senão, observe-se:

Sobre este tema, o da formação do professor, destaca-se que no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDBEN 9394/96 em seu artigo 87, ao tratar da formação do professor, objeto deste estudo, coloca o seguinte: “É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. §1º - A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a declaração Mundial sobre Educação para todos. Com relação aos profissionais da Educação, vê-se no art 62: A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. E, com relação ao Art 63, Vê-se que “Os institutos superiores de educação manterão cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso Normal Superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental [...]”.

Desta forma, para a estruturação deste artigo, que aborda a EaD em um curso de Pedagogia sob a modalidade presencial e fora da sede, praticado entre os anos de 2005 e 2008, para formação de professores, em uma universidade do interior paulista, recorreu-se a dados provenientes de uma síntese documental e de memória de uma ex-tutora, atuante no referido curso. O foco deste trabalho está na percepção que os alunos tiveram, no decorrer da própria formação, enquanto mediados pela tutoria, sob a referida modalidade formativa.

2. Delineamentos históricos

A atual política educacional brasileira, tornada pública através de diversos documentos oficiais em nível federal, estadual e municipal - LDB, PCN e Propostas Curriculares - redefiniu o papel da escola brasileira através de debates a respeito da real função da escola. Por este motivo, trabalhou na construção de parâmetros de atuação nacional com os objetivos de apontar sua fundamental importância e permitir que cada

escola tivesse clareza quanto ao seu projeto educativo, para que de fato pudesse se constituir em uma unidade autônoma com o objetivo de atingir as metas planejadas. Ainda, explicitar a necessidade de que os alunos desenvolvessem suas capacidades, enfatizando a apropriação do conhecimento como base para a construção da cidadania e da identidade, em uma escola que proporcionasse ambientes favoráveis ao desenvolvimento da inteligência e da competência. Evidencia-se, desta maneira, que esses objetivos só poderiam ser alcançados se acompanhados de uma política de capacitação permanente dos professores.

Percebe-se que o próprio poder público sempre demonstrou consciência das dificuldades encontradas pelos profissionais da educação para empreenderem um movimento neste sentido, o que pode ser observado através da seguinte: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), apresentados como referência para a reconstrução da prática de ensino e reflexão sobre a natureza do trabalho que o professor executa, além de proporem uma reestruturação da escola como um todo, assim se posicionam com relação à formação dos professores.

“Além da formação inicial consistente, é preciso considerar um investimento educativo contínuo e sistemático para que o professor se desenvolva enquanto profissional de educação. O conteúdo desta formação precisa ser revisto para que haja possibilidade de melhoria do ensino. A formação não pode ser tratada como um acúmulo de cursos e técnicas, mas sim como um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa. Investir no desenvolvimento profissional dos professores é também intervir em suas reais condições de trabalho.”
(PCN. MEC.SEF.V.P,1996,p.18)

Desta forma, referem-se a um redirecionamento do ato de ensinar, envolvendo os professores como sujeitos de aprendizagem, possibilitando a eles o desenvolvimento como profissionais e a sua participação na construção da cidadania, situando-os como educadores que reconhecem no domínio do conhecimento um caráter libertador. Para tanto, para que isto ocorresse seria indispensável assumir uma postura interdisciplinar, como forma de considerar e fazer considerar as relações entre os diferentes aspectos da realidade. Assim, lemos no P.C.N. "A formação continuada em serviço é uma necessidade e para tanto é preciso que se garantam jornadas com tempo para estudo, leitura e discussão entre professores, dando condições para que possam ter acesso às informações mais atualizadas na área de educação e de forma a que os projetos educativos possam ser elaborados e reelaborados pela equipe escolar. (...) É preciso criar uma cultura em todo país, que favoreça e estimule o acesso dos professores a atividades culturais, como exposições, cinemas, espetáculos, congressos, como meio de interação social." (PCN.MEC.SEF,1998,p.38)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam também a qualidade da formação, pois mesmo os professores que têm formação em nível superior nos cursos de licenciatura, em geral não receberam uma formação profissional adequada o que não dá sustentação à prática pedagógica que desenvolvem. (PCN. MEC. SEF,1998,p.35)

O mesmo documento aponta que:

"(...) para analisar e propor novas atuações em educação, é preciso considerar aspectos sociais, políticos, culturais, antropológicos e psicológicos. Só considerando os distintos aspectos (...) é que o processo de escolarização pode passar a colaborar de fato para a

atuação autônoma dos alunos, na construção de uma sociedade democrática." (PCN.MEC.SEF,1998,p.37)

Nesse sentido, Aguiar (2000) observa que entre as novidades, a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) coloca para a formação docente da educação básica, a necessidade do nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades ou institutos superiores de educação. A legislação faculta a esses institutos manter, além de cursos para formação de profissionais da educação básica, programas de formação pedagógica para graduados e de educação continuada.

Enquanto a formação de professores da educação básica era, no cenário anterior, restrita às universidades, surgia agora um novo locus oficializado para a formação de professores: os institutos superiores de educação que poderiam desenvolver programas de educação continuada, o que exigia, além das condições requeridas para a formação inicial, atualização de seu quadro funcional e um entendimento das tarefas das universidades, para que não se tornassem agências de treinamento de mão-de-obra. Uma outra atribuição desses institutos, segundo Aguiar (2000, p. 197 -209), é a de manter programas pedagógicos de complementação de estudos para graduados que, por acaso, se interessassem pela educação básica.

Neste contexto, percebe-se que esses programas eram destinados a quem era detentor de diploma de curso superior e que queira ingressar na carreira de magistério. O interessado ingressaria num programa especial e receberia certificado e registro profissionais equivalentes à licenciatura plena, devendo, para isso, cursar 540 horas de conteúdos pedagógicos, incluindo 300 horas de prática às quais poderiam incorporar-se às horas de trabalho nas disciplinas que já ministrava como leigo na escola de educação básica (Aguiar 2000, p. 197 -209).

3. Fundamentos teóricos

Conforme exigência da LDB 9493/96, criou-se a necessidade de formar um grande contingente de professores que atuavam sem possuir formação superior, o que fez desencadear a abertura de modalidades de EaDs em diferentes formatos.

No caso deste estudo, o foco está na formação de professores em EaD, sob a modalidade presencial e fora de sede, no qual o conceito de aprender deslocou-se para um patamar bem mais dinâmico do que aquele em que se encontrava o ensino convencional: sob os cuidados de um mediador, o tutor, exigia-se do aluno a mobilização constante de seu conhecimento prévio para a construção de outros conhecimentos, ao mesmo tempo em que se propunha uma educação mais democrática ao objetivar desenvolver no aprendiz a autonomia, capacidade de planejar, flexibilizar e criar.

Neste contexto, e com relação ao curso objeto deste estudo, havia como aliadas do tutor e dos alunos, as tecnologias que poderiam ser facilitadoras na interatividade entre os envolvidos no processo educativo, enquanto processo de desenvolvimento da aprendizagem de maneira colaborativa.

Lévy (2000, p. 171) lembra que a tecnologia tirou o professor do centro da aprendizagem: "ao professor não cabem mais as funções de difusor do conhecimento, mas as de mediador e incentivador da aprendizagem dos alunos". Ainda, segundo este mesmo autor, (1999) a educação atual exige a adaptação dos dispositivos e do espírito do

aprendizado aberto e à distância no cotidiano e no ordinário da educação, sendo essencial para uma nova pedagogia que favoreça, ao mesmo tempo, os aprendizados personalizados e o aprendizado cooperativo em rede. O docente vê-se chamado a tornar-se um animador da inteligência coletiva de seus grupos de alunos, em vez de um dispensador direto de conhecimentos. Esta mudança de paradigma fortalece a ideia de que educar é muito mais do que transmitir e implica no diálogo de todos os envolvidos. O saber encontra pois, na tecnologia, o apoio para sua manifestação porém, não se deve pensar apenas em máquinas mas em aperfeiçoamento da condição presente não nos apenas da *internet*, mas ao conjunto de tecnologias que contribuem para a produção do conhecimento, na medida em que tornam mais eficazes os processos de ensinar e aprender (TEDESCO, 2004).

Desta forma, sob o tema metodologia, concorda-se com Peña e Allegretti (2007), quando afirmam que apenas a tecnologia não se constitui em uma revolução, mas os novos meios de comunicação aliados à ambientes virtuais de aprendizagem colocarão o ensino em uma perspectiva inovadora na sociedade do conhecimento. Observa-se que em cada momento histórico houve um aparato tecnológico específico que sofreu mudanças com a interferência e aperfeiçoamentos propostos pelas inovações científicas.

A materialidade tecnológica não é um elemento a parte do momento histórico e social da humanidade. Cada momento histórico teve seu aparato tecnológico específico que sofreu mudanças com a interferência e aperfeiçoamentos propostos pelas inovações científicas.

Na pré-história o fogo foi uma grande conquista para aquele momento, como também o que ocorreu com a técnica de manufatura artesanal e utilização de ferramentas específicas. Hoje, os avanços aparecem com instrumental aparentemente mais elaborado, como a *internet*, o microcomputador, a tv digital, mas estes avanços só tornaram-se possíveis porque o homem refletiu cientificamente, estabelecendo uma inovação após a outra, sendo que cada etapa contribui de forma significativa para implementar as conquistas de seu tempo.

Hoje, o uso de tecnologia de informação e comunicação, para fins de ensino e aprendizagem, estabelece uma relação mais democrática com relação à disseminação do conhecimento, permitindo o alcance de meios e informações para lugares diversos, sem limites, quanto às distâncias geográficas. Se há algumas décadas a tecnologia existente era a imprensa e o papel, hoje recursos tecnológicos permitem a troca constante e quase imediata de conhecimentos, anteriormente dependentes de uma tecnologia que permitia esta função, mas com uma menor agilidade temporal.

A tecnologia na educação permite a otimização do tempo diminuindo espaços e facilitando o acesso das informações. Se associada a uma aprendizagem em colaboração, pode constituir-se em uma importante ferramenta de construção e apropriação de saberes.

Importa lembrar que a tecnologia e suas ferramentas trazem novas necessidades que exigem dos professores e equipes profissionais a competência necessária para a implementação destas mudanças uma vez que, conforme Tedesco afirma em entrevista (NOVAES, 2010), a tecnologia não substitui o trabalho do professor, porque, sozinha, ela nada faz. As máquinas precisam de quem as operem, exigem intervenção humana, exigem seleção criteriosa de conteúdos, o que depende, igualmente, de alguém para fazê-las. De acordo com Tedesco (NOVAES, 2010): “A internet não ensina a selecionar. É preciso trazer os critérios para eleger por onde navegar. Quem eleger? Em que sites entrar? Por onde navegar? Isto quem faz é o aluno. E quem ensina ao aluno os critérios para eleger? O professor”.

Sabe-se que as tecnologias, apenas, não garantem o acesso ao conhecimento porque a simples informação não leva, necessariamente, ao conhecimento. Tedesco (2004) afirma que “o conhecimento não viaja através da Internet”, é necessário construí-lo, o que representa “uma tarefa complexa para a qual não basta criar condições de acesso a informação [...] exige-se – mais do que qualquer outra coisa – pensamento lógico, raciocínio e juízo crítico” (TEDESCO, 2004, p. 97).

Um dos grandes desafios, neste contexto, é deixar o modelo tradicional de ensinar para o outro que socializa o conhecimento, que trabalha em rede de forma colaborativa. Desta forma, é necessário lembrar que sem uma formação docente competente, todo este trabalho pode ficar comprometido. Importante que se ensine a aprender para que as pessoas aprendam a aprender para o resto de suas vidas: “a escola tem que ensinar o ofício de aprender. Como se aprende, como se estuda, o valor da curiosidade, estar sempre atento ao que há de novo, que coisas novas apareceram”, (NOVAES, 2010), bem como se vive em conjunto respeitando as diferenças.

Depreende-se que, valorizar o aprendizado em rede, faz parte do novo paradigma da aprendizagem em colaboração. A interação interdependente do grupo, em seus fóruns tem, como objetivo, promover de maneira eficaz, a aprendizagem de cada um de seus integrantes e facilitar a de outros alunos, de outros grupos. Colaborando com este pensamento e com relação à Cibercultura, Lèvy, (1999) afirma que pensar a cibercultura significa entender que a Internet não resolverá, em um passe de mágica, todos os problemas culturais e sociais do planeta, mas que estamos diante de uma situação em que temos que reconhecer dois fatos: Em primeiro lugar, que o crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem. Em segundo lugar, que estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano.

4. O funcionamento do Curso de Pedagogia presencial e fora de sede

O curso, objeto deste estudo, funcionando fora da sede, longe da universidade à qual se vinculava, surgiu como um programa especial, emergencial para resolver o problema de capacitação, em nível superior, dos docentes: era caracterizado como híbrido porque, implementado em ambiente de tele sala, era presencial e utilizava, ao mesmo tempo, metodologias e recursos da EaD.. Desta forma, os professores formadores ficavam nas instituições de origem, fisicamente distantes, preparando suas aulas que eram gravadas para que os alunos, dos diferentes polos, reunidos em uma sala de aula convencional, pudessem assistir a elas, sob os cuidados de um tutor, cuja presença diária, durante as aulas, era fundamental.

Ressalta-se, que este curso possuía um modelo peculiar: a universidade, sede deste processo formador, com a preocupação de superar as lacunas de formação dos professores, disponibilizava recursos tecnológicos comuns em cursos à distância; dispunha em cada sala um tutor que deveria estar todas as noites presente, com seus aproximadamente quarenta alunos, para desenvolver o trabalho de formação daqueles que buscavam o nível superior. Pode-se inferir quão desafiadora foi esta tarefa tanto da tutoria como de seus quarenta alunos porque o curso era presencial sendo que seus alunos frequentavam as aulas,

diariamente, sob a orientação de um tutor, que precisava dominar competências e desenvolver atividades identificadas com a docência e ter certo domínio sobre as tecnologias necessárias para conseguir dar conta de todos os conteúdos necessários à formação de seus alunos. Em cada sala existiam recursos como um computador, televisão para as vídeo-aulas, fitas de vídeo gravadas na sede e que a Central de Operações encaminhava aos tutores ou as entregava durante as suas capacitações na Universidade. Havia também, nas salas de aula, uma pequena biblioteca que disponibilizava livros e textos para os alunos e para o tutor. O material para os alunos era instrucional, ou seja, auto explicativo e seus conteúdos, sobre todas as disciplinas do currículo, deveriam ser trabalhados em sala, pelos tutores. A comunicação com a sede podia ser feita por e-mail, via supervisor e por uma linha telefônica 0800.

Para ser aceito como aluno, o professor/aluno, (já docente sem formação superior) deveria ser atuante na pré-escola ou nas séries iniciais do ensino fundamental, vinculado à rede pública de ensino, ser possuidor do diploma com habilitação específica para o Magistério – e, como professor, atuar em suas respectivas salas de aula. Como aluno, deveria estar todas as noites, na sala de aula, no polo de sua Universidade, com seu tutor, buscando sua formação no nível superior. Ressalta-se a necessidade da atualização de todos os profissionais, uma vez que estivessem em exercício –.

Essa demanda atendia à exigência do artigo 62 da L. D.B 9394/96: muitos professores, sem formação superior, temiam perder seus empregos a partir de 2007, prazo final imposto pela Década da Educação, fazendo parecer que a Legislação oficial constituía um incentivo compulsório aos cursos de formação. A proliferação de cursos para atender a esta demanda foi imensa.

Neste curso, referência para este estudo, o conhecimento era construído pelas interações sociais e colaborações entre alunos e tutor, este que a cada noite deveria estar com seus alunos, e dar conta de todos os conteúdos para a formação de um professor da educação básica em nível superior, sem, contudo, possuir formação específica para cada um dos conteúdos da grade curricular a que se destinava àquela formação. Ficava, pois, como responsabilidade do tutor, suprir os conhecimentos que faltaram em sua própria formação e dominá-los para atender às necessidades formadoras dos professores/alunos.

Evidenciou-se o esforço pessoal da tutoria desta turma para realizar a interação entre novos conhecimentos e aqueles que faziam parte de seu repertório, o que resultou na transformação de significados para seu trabalho, pois os novos conhecimentos adquiridos, significativamente, propiciaram o enriquecimento dos conhecimentos prévios o que fez ampliar a capacidade de facilitar a aprendizagem de forma significativa de outros conhecimentos, para si e para seus professores/alunos do Curso EaD. Por outro lado, os registros de situações da tutoria no atendimento dos professores/alunos nos conteúdos que não eram de sua específica formação ilustraram, em seu trabalho, a deliberada disposição para adquirir novas aprendizagens: a tutora em questão relatou que fez aulas particulares de Matemática e Biologia pela necessidade de atender as necessidades formativas de seus alunos.

Os motivos da apresentação desta modalidade de EaD após alguns anos de sua ocorrência justifica-se pela intenção de colaborar com a literatura sobre a formação de professores e esclarecer se: em outros períodos as circunstâncias eram semelhantes ou diferentes? O tutor constituía elo entre o ensinado no curso EAD e a prática docente do professor/aluno?

Neste curso de formação, enormes desafios precisaram ser superados entre os quais o da formação específica de seus tutores que precisavam, neste momento recorrer a outros profissionais para dar conta de conteúdos para os quais não haviam sido formados. Entre outras, uma das grandes dificuldades dos tutores foi a lidar com o aparato tecnológico pois, apesar de na contemporaneidade existir uma enorme tendência para o virtual, as políticas públicas ainda não investiam o suficiente na formação dos professores, agora tutores. Assim, também os professores mais antigos, agora alunos do EaD, ressentiam-se ao terem que lidar com a tecnologia e, como resultado, percebia-se as dificuldades dos mesmos, os mais velhos, vitimizados pela exclusão digital: não conseguiam incorporar, ao seu trabalho, as mídias disponíveis. De maneira perversa, nestes casos, as tecnologias que vieram para promover a inclusão, terminavam por promover a exclusão.

5. A tutoria

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN 9394/96 (BRASIL, 1996), tornou-se urgente a capacitação dos docentes que atuavam na formação de crianças, jovens e adultos, como também ficou evidente a necessidade de atualização dos modelos existentes de formação, para poder garantir sua qualidade. Neste contexto, e diante da impossibilidade de dar conta de tanto contingente a ser formado em nível superior, a educação a distância encontrou um profissional que foi central nesta modalidade formadora: o Tutor.

Necessário que seja feita aqui uma breve síntese que defina este profissional: Para García Aretio (2001, p. 62), o tutor é: “Um agente educativo, quer dizer, um profissional que intencionalmente promove, facilita e mantém os processos de comunicação necessários para contribuir para o aperfeiçoamento do sistema, mediante a retroalimentação e a assessoria acadêmica e não-acadêmica, e para apoiar a criação de condições que favoreçam a qualidade da aprendizagem e a realização pessoal e profissional dos usuários.”. Para este autor, algumas qualidades são fundamentais para o profissional que vai exercer função de tutoria, como: Autenticidade e honradez; Maturidade emocional; Bom caráter e cordialidade; Compreensão de si mesmo; Capacidade empática; Inteligência e agilidade mental; Capacidade de escutar; Cultura social; Estabilidade emocional; Capacidade de aceitação; Inquietude cultural e amplos interesses; Liderança, etc. O desenvolvimento destas habilidades/qualidades deve ser trabalhado nos programas de treinamento e capacitação destes profissionais, pois irão garantir a eficiência do acompanhamento, atendimento e das informações oferecidas aos alunos/clientes dos serviços de apoio. O Tutor, responsável por uma gama quase infinita de atividades de apoio ao aluno, não é um professor conteudista, aquele que transmite informações aos alunos as quais, podem ser ou não transformadas em conhecimento e, nem tampouco, aquele professor autoritário que exerce o poder conferido por um cargo. Do tutor exige-se atentar às formas como o ser humano aprende, o que inclui respeito à individualidade dos alunos, acompanhamento do percurso dos mesmos e a indicação de caminhos alternativos e intervenções se necessárias.

O tutor não seria aquele professor interessado apenas em desincumbir-se de seu plano de curso, independente de determinada aprendizagem apresentar ou não significado para o aluno mas, ao contrário, deveria ser aquele profissional que participa e estuda com seus alunos as possibilidades de encontrar caminhos que os transformem em sujeitos críticos, autônomos, reflexivos capazes de partilhar e ampliar seu repertório cultural.

O tutor configurava-se como um orientador responsável pela aprendizagem do aluno no auxílio da construção de sua formação. Este profissional, cujas atividades se identificam com a docência, com funções correlatas a de um professor, mas sem ser um professor, deveria dar conta da formação de seus alunos em todos os componentes curriculares necessários para uma formação superior. Assim, ele constitui-se enquanto o profissional que deve criar espaços onde os alunos podem desenvolver, sob sua orientação e colaboração, o processo de construção individual do conhecimento.

O grande desafio da tutoria é o de superar a distancia para orientar, realizar as cobranças e acolher as sugestões dos estudantes, pois a comunicação entre tutor e alunos deve ser clara, objetiva, manifestar calor humano, acolhimento e compartilhamento, chaves da EaD. A atividade tutora visa orientação acadêmica, acompanhamento pedagógico e avaliação da aprendizagem dos alunos, estimulando-os a prosseguir, esclarecendo suas dúvidas e participando da avaliação de sua aprendizagem. É claro que, para isso, o tutor deve possuir capacidades, habilidades e competências para expressar atitude de excelente receptividade diante do aluno na perspectiva de assegurar um clima motivacional, procurando quebrar as barreiras das distâncias ao incentivar e encorajar os alunos em seu processo formativo. Faz-se necessário que ele vença os desafios e desenvolva competências, habilidades e saberes necessários para seu trabalho, o que envolve o letramento digital, domínio das tecnologias mediadoras para as atividades propostas para seu trabalho mediador.

6. Avaliação dos alunos

Com a perspectiva de avaliar como alunos sentiram o curso que faziam, foram propostas algumas questões, respondidas por 18 alunos do Curso de Pedagogia EaD, que foram analisadas quantitativamente tendo como referência duas categorias: 1) O que você acrescentaria, retiraria ou mudaria em seu curso? 2) O que faria o curso de Pedagogia ser melhor?

Como resultado, obteve-se o que expressa o quadro abaixo, o que pode ser assim descrito: exigência de um professor especialista, especialmente em Matemática, necessidade de atualização das apostilas, necessidade de mais agilidade da sede para atender as necessidades dos alunos e o fim das aulas televisivas foram as maiores reivindicações detectadas entre os alunos, a partir das questões que responderam.

Perguntas	Respostas	%
1) O que você acrescentaria, retiraria ou mudaria em seu curso?	não mudaria nada	11.1%
	presença, quando necessário, de um professor especialista em matemática	27.7%
	mais atividades dentro da sala de aula	5.5%
	atualizaria as apostilas	16.6%
	mais agilidade, atenção da sede, nas respostas da sede com relação aos	11.1%

	estágios e documentação	
	retiraria as aulas televisivas	11.1%
	videoconferência via satélite	5.5%
	acrescentaria a disciplina de Metodologia	5.5%
	mais atividades para quem não tem sala ainda	5.5%
2) O que faria o seu curso de Pedagogia ser melhor?	melhor comunicação com a sede	11.1%
	atualizar materiais	11.1%
	melhor biblioteca	5.5%
	não respondeu	27.7%
	atualizar videoaulas	22.2%
	atualizar o curso	5.5%
	mais recursos dentro da sala de aula	5.5%
	ter professor especialista	5.5%
	melhorar material	5.5%

Fonte: autoria própria

7. Considerações finais

Pelo exposto, pode-se afirmar como foi significativo o trabalho do Tutor enquanto mediador e orientador de aprendizagem dos alunos/professores porém, necessário lembrar que a análise da avaliação dos alunos propiciou o surgimento de novas questões, sugerindo temas para outras investigações, tais como: Qual terá sido o impacto, no trabalho que desenvolviam em suas respectivas salas de aula, depois de formados? Quem poderá avaliar a qualidade do trabalho destes alunos, agora formados em nível superior, junto aos seus alunos? A formação que receberam os fizeram melhores como professores, do que antes, quando possuíam apenas a formação em nível médio?

Referências

Aguiar, Marcia Angela. Institutos Superiores de Educação na nova LDB in BRZEINSKY, Iria (Org.). LDB interpretada: Diversos olhares se inter cruzam: São Paulo, Cortez, 2000 p. 197 a 209

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 mar. 2014

CHIAROTTINO, Z. R. A teoria de Jean Piaget e a educação. In: PENTEADO, W. A. (Org.). *Psicologia e ensino*. São Paulo: Papalivros, 1980. p. 84-100;

GARCÍA ARETIO, L. **La educación a distancia:** de la teoría a la práctica. Barcelona (Espanha):

Ariel, 2001. Campinas: Autores Associados, 2002.

JIMENEZ PEÑA, M. de los D.; ALLEGRETTI, S. *Ação docente, tecnologia e ambiente virtual de videoconferência*. In: X Congresso Internacional virtual em educação, São Paulo, [2007].

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2ª. ed. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2000 (Coleção Trans).

MATURANA, H. R.; VARELA, F.J. A árvore do conhecimento. In: MATURANA, H. R.; VARELA, F.J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Pala Athenas, 2001. p. 261-272.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. Revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESP, 2000.

NOVAES, Ana Paula, Formação de valores para o uso ético das novas tecnologias. Entrevista com Juan Carlos Tedesco. **Iluminando pelo conhecimento** (blog). São Paulo. 23 ago. 2010. Não paginado. Disponível em: <<http://iluminandopeloconhecimento.blogspot.com.br/2010/08/formacao-de-valores-para-o-uso-etico.html>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

Parâmetros Curriculares Nacionais disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf> consulta efetuada em 15/07/2014

PENTEADO, W. A. (Org.). **Psicologia e ensino**. São Paulo: Papelivros, 1980.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TEDESCO, J. C. **Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza?** São Paulo/Brasília: Cortez; UNESCO, 2004.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1999.